

ANEXO VI

Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Função / Subfunção / Programa	Valor
10 - Saúde	0,00
122 - Administração Geral	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00
301 - Atenção Básica	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
304 - Vigilância Sanitária	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	0,00
511 - Saneamento Básico Rural	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano	0,00
Total	0,00

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	87.469.384,24	82.189.404,60	Despesa Orçamentária	84.865.495,53	83.708.685,05
Receitas Correntes	95.948.336,79	90.087.481,67	Despesas Correntes	79.625.689,23	75.005.873,32
Receita Tributária	15.466.659,66	12.614.976,81	Pessoal e Encargos Sociais	43.509.913,68	38.562.383,41
Receitas de Contribuições	2.998.419,27	1.970.193,44	Juros e Encargos da Dívida	405.418,18	464.128,74
Receita Patrimonial	915.158,17	733.124,85	Outras Despesas Correntes	35.710.357,37	35.979.361,17
Receita de Serviços	25.812,50	23.892,00			
Transferências Correntes	75.865.622,77	73.956.596,34	Despesas de Capital	5.239.806,30	8.702.811,73
Outras Receitas Correntes	676.664,42	788.698,23	Investimentos	3.791.321,56	6.903.499,65
			Inversões Financeiras	0,00	190.000,00
(-)Deduções da Receita	(11.151.577,10)	(10.500.495,34)	Amortização da Dívida	1.448.484,74	1.609.312,08
Compensações	(61.220,47)	0,00			
Dedução para o FUNDEB	(11.090.356,63)	(10.500.495,34)			
Receitas de Capital	2.672.624,55	2.602.418,27			
Operações de Crédito	0,00	160.752,80			
Alienação de Bens	207.142,23	10.753,33			
Transferências de Capital	2.465.482,32	2.430.912,14			
(-)Deduções da Receita	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	20.455.693,18	16.969.901,19	Transferências Financeiras Concedidas	20.455.693,18	16.969.901,20
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20.455.693,18	16.969.901,19	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORÇAMENTARIA	20.455.693,18	16.969.901,20
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	32.873.601,61	31.822.473,84	Pagamentos Extraorçamentários	33.738.610,54	30.751.095,31
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.572.222,73	943.253,56			
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.077.286,09	3.639.268,86	Pagamento de Restos a Pagar Processados	883.444,36	1.244.083,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.403.533,82	9.882.855,92	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	2.522.429,53	2.467.421,99
Outros Recebimentos Extraorçamentários	18.820.558,97	17.357.095,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.913.734,29	7.088.733,69
			Outros Pagamentos Extraorçamentários	22.419.002,36	19.950.855,95
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	5.127.089,29	5.582.956,65	Saldo em Espécie do Exercício Atual	6.865.969,07	5.135.054,72

Período: Exercício de 2015

Bancos Conta Movimento	2.031.505,95	4.957.849,27	Bancos Conta Movimento	3.213.741,61	2.031.505,95
Bancos Conta Aplicação Financeira	3.095.583,34	625.107,38	Bancos Conta Aplicação Financeira	3.652.227,46	3.103.548,77
TOTAL	145.925.768,32	136.564.736,28	TOTAL	145.925.768,32	136.564.736,28

Nota Explicativa: Este demonstrativo foi elaborado pelo método indireto, isto é, apresenta as informações com contrapartida de disponibilidades financeiras.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	84.161.356,22	84.161.356,22	84.796.759,69	635.403,47
Receita Tributária	10.997.400,00	10.997.400,00	15.466.659,66	4.469.259,66
Receitas de Contribuições	2.143.410,00	2.143.410,00	2.998.419,27	855.009,27
Receita Patrimonial	521.107,00	521.107,00	915.158,17	394.051,17
Receita de Serviços	36.898,68	36.898,68	25.812,50	(11.086,18)
Transferências Correntes	69.406.762,18	69.406.762,18	64.714.045,67	(4.692.716,51)
Outras Receitas Correntes	1.055.778,36	1.055.778,36	676.664,42	(379.113,94)
Receitas de Capital (II)	1.368.822,00	1.368.822,00	2.672.624,55	1.303.802,55
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.011.738,00	1.011.738,00	207.142,23	(804.595,77)
Transferências de Capital	357.084,00	357.084,00	2.465.482,32	2.108.398,32
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	85.530.178,22	85.530.178,22	87.469.384,24	1.939.206,02
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	85.530.178,22	85.530.178,22	87.469.384,24	1.939.206,02
Déficit (VII)	-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	85.530.178,22	85.530.178,22	87.469.384,24	1.939.206,02
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	40.000,00	40.000,00
(Utilizados Para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	40.000,00	40.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	77.147.504,66	80.745.073,05	79.625.689,23	79.206.385,79	77.720.014,24	1.119.383,82
Pessoal e Encargos Sociais	43.115.457,17	43.592.999,75	43.509.913,68	43.509.913,68	42.687.687,44	83.086,07
Juros e Encargos da Dívida	541.410,77	411.410,77	405.418,18	405.418,18	405.418,18	5.992,59
Outras Despesas Correntes	33.490.636,72	36.740.662,53	35.710.357,37	35.291.053,93	34.626.908,62	1.030.305,16
Despesas de Capital (X)	7.527.371,77	5.312.766,93	5.239.806,30	4.581.823,65	4.495.972,47	72.960,63
Investimentos	5.864.819,57	3.863.279,17	3.791.321,56	3.133.338,91	3.047.487,73	71.957,61
Inversões Financeiras	326.508,68	1.000,68	-	-	-	1.000,68
Amortização da Dívida	1.336.043,52	1.448.487,08	1.448.484,74	1.448.484,74	1.448.484,74	2,34
Reserva de Contingência (XI)	855.301,79	3.493,79	-	-	-	3.493,79
Reserva do RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	85.530.178,22	86.061.333,77	84.865.495,53	83.788.209,44	82.215.986,71	1.195.838,24
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	85.530.178,22	86.061.333,77	84.865.495,53	83.788.209,44	82.215.986,71	1.195.838,24
Superávit (XVI)	-	-	-	3.681.174,80	-	(3.681.174,80)
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	85.530.178,22	86.061.333,77	84.865.495,53	87.469.384,24	82.215.986,71	(2.485.336,56)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2014 (b)				
	Despesas Correntes (I)	167,64				
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	167,64	262.076,38	227.189,45	227.189,45	35.054,57	-
Despesas de Capital (II)	137.507,70	3.377.192,48	2.566.299,54	2.295.240,08	3.278,69	1.216.181,41
Investimentos	137.507,70	3.377.192,48	2.566.299,54	2.295.240,08	3.278,69	1.216.181,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	137.675,34	3.639.268,86	2.793.488,99	2.522.429,53	38.333,26	1.216.181,41

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2014 (b)			
	Despesas Correntes (I)	36.971,28			
Pessoal e Encargos Sociais	11.558,04	167.693,61	166.027,08	842,57	12.382,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	25.413,24	702.686,27	651.528,62	60.565,64	16.005,25
Despesas de Capital (II)	12.258,24	72.873,68	65.888,66	12.258,24	6.985,02
Investimentos	12.258,24	72.873,68	65.888,66	12.258,24	6.985,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	49.229,52	943.253,56	883.444,36	73.666,45	35.372,27

Período: Dezembro

Balço Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	15.843	13.102	PASSIVO CIRCULANTE	2.631	912
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.865	5.124	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A P	1.345	161
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	6.865	5.124	PESSOAL A PAGAR	693	23
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	7.771	7.188	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	378	0
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	7.771	7.188	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	274	137
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	58	46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	942	488
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	58	46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	942	488
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0	0	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	343	262
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	7	7	VALORES RESTITUÍVEIS	149	246
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	7	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	193	15
ESTOQUES	1.139	735	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	5.005	6.091
ALMOXARIFADO	1.139	735	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A P	1.354	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.820	43.497	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.354	0
IMOBILIZADO	44.820	43.497	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	3.651	6.091
BENS MOVEIS	16.986	15.456	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	3.651	6.091
BENS IMÓVEIS	27.834	28.041	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.026	49.599
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	53.026	42.764
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-10.374	46.455
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-60.113	10.139
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.738	36.315
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	85	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	86	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UN	34.267	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	34.405	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-137	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ES	29.048	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	29.048	0
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MU	0	3.144
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	3.144
			LÚCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	53.026	42.764
TOTAL	60.663	56.600	TOTAL	60.663	56.603

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº4.320/64			
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO (I)			
ATIVO FINANCEIRO	6.866	5.127	
ATIVO PERMANENTE	53.798	51.477	
PASSIVO (II)			
PASSIVO FINANCEIRO	6.003	6.412	
PASSIVO PERMANENTE	3.657	4.368	
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	51.004	45.823	

Período: Dezembro

Balço Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias recebidas	0	0
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0	0
Direitos Contratuais	0	0
Outros atos potenciais ativos	0	0
Total dos Atos Potenciais Ativos	0	0
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias concedidas	0	0
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	6	0
Obrigações contratuais	993	455
Outros atos potenciais passivos	0	0
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.000.028	455.299

Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

ANEXO VII

Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa Total com Pessoal no Ano	Executivo	Legislativo	Município
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
Pessoal Ativo	30.720.713,38	1.672.938,17	31.850.710,39
Encargos Sociais	7.320.774,78	335.853,07	7.656.627,85
Inativos	3.275.415,50	0,00	3.275.415,50
Pensionistas	168.843,42	15.375,36	184.218,78
Salário Família	0,00	0,00	0,00
Sentença Judicial	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa Bruta com Pessoal	41.485.747,08	2.024.166,60	42.972.530,96
	Executivo	Legislativo	Município
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte Tesouro	3.444.258,92	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	437.627,69	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	37.603.860,47	2.024.166,60	42.972.530,96
Receita Corrente do Município			95.948.336,79
(-) Total de Deduções			
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)			61.220,47
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB			11.090.356,63
(-) Total de Exclusões			
Receitas Corrente Intraorçamentária			0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência			0,00
Compensação entre Regimes de Previdência			0,00
(=) Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)			84.796.759,69
Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	45.790.250,23	5.087.805,58	50.878.055,81
Total da Despesa com Pessoal	37.603.860,47	2.024.166,60	39.622.468,62
% Aplicado	44,35	2,39	46,74

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

	Nota	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		80.992.783,70
Receitas derivadas e originárias	1FC	16.278.819,62
Transferências correntes e recebidas	2FC	64.713.964,08
Outros ingressos operacionais		0,00
Desembolsos		48.200.118,01
Pessoal e demais despesas	3FC	45.545.405,43
Juros e encargos da dívida	4FC	809.150,08
Transferências concedidas	2FC	1.845.562,50
Outros desembolsos operacionais		0,00
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>		32.792.665,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		207.142,23
Alienação de bens		207.142,23
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00
Desembolsos		3.005.021,62
Aquisição de ativo não circulante		2.634.692,12
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00
Outros desembolsos de investimentos		370.329,50
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>		(2.797.879,39)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		2.465.482,32
Operações de Crédito		0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00
Transferências de capital recebidas		2.465.482,32
Outros ingressos de financiamentos		0,00
Desembolsos		1.448.484,74
Amortização/Refinanciamento da dívida		0,00
Outros desembolsos de financiamentos		1.448.484,74
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</i>		1.016.997,58
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		31.382.113,38
Caixa e Equivalente de caixa inicial		2.723.350,26
Caixa e Equivalente de caixa final		3.323.338,25

QUADRO 1FC - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

	Exercício Atual
Receita Tributária	14.596.846,24
Receita de Contribuições	72.327,40
Receita Patrimonial	37.764,83
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	25.812,50
Remuneração das Disponibilidades	877.393,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	668.675,31
<i>Total das Receitas Derivadas e Originárias</i>	16.278.819,62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	
Intergovernamentais	55.123.679,03
da União	26.127.492,41
de Estados e Distrito Federal	28.937.766,62
de Municípios	58.420,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências correntes recebidas	9.590.285,05
<i>Total das transferências recebidas</i>	64.713.964,08
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Intergovernamentais	0,00
da União	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00
de Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências concedidas	1.845.562,50
<i>Total das transferências concedidas</i>	1.845.562,50

QUADRO 3FC - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual
Legislativa	2.204.377,97
Judiciária	6.848,33
Essencial à Justiça	0,00
Administração	3.533.798,61
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	209.860,24
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	976.508,20
Previdência Social	2.130.040,27
Saúde	18.601.380,26
Trabalho	966.861,54
Educação	9.424.442,14
Cultura	210.383,59
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	2.705.567,92
Habituação	0,00
Saneamento	75.972,02
Gestão Ambiental	185.599,73
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	140.501,84
Organização Agrária	0,00
Indústria	122.661,60
Comércio e Serviços	0,00
Comunicações	183.666,01
Energia	0,00
Transporte	1.863.799,59
Desporto e Lazer	765.487,63
Encargos Especiais	1.237.647,94
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>	45.545.405,43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	403.731,90
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	403.731,90
Outro Encargos da Dívida	1.686,28
Total dos Juros e Encargos da Dívida	809.150,08

Nota: A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo método direto, isto é, evidencia somente as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes (bancos). Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - Consolidado

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19.174.083,06	12.614.976,81	PESSOAL E ENCARGOS	45.632.290,30	40.009.690,66
IMPOSTOS	18.980.245,33	12.424.801,87	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	35.663.630,06	31.875.308,86
TAXAS	193.837,73	190.174,94	ENCARGOS PATRONAIS	9.369.136,11	7.218.119,13
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.998.419,27	1.970.193,44	CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	618.694,83	612.764,95	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	599.524,13	916.262,67
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.379.724,44	1.357.428,49	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	PENSÕES	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	101.633,65	108.981,10	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	101.633,65	108.981,10	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	246.288,39	885.884,28	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	31.984.514,20	31.868.407,59
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	8.262.151,36	8.926.022,02
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	SERVIÇOS	23.722.362,84	22.942.385,57
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	12.058,07	0,00	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	234.230,32	236.135,11	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.544.672,84	1.323.039,68
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	649.749,17	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	405.418,18	464.128,74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	84.601.079,65	82.856.914,34	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	20.455.693,18	16.969.901,20	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	658.429,53
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	64.101.865,27	65.876.125,14	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	4.139.254,66	200.481,41
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	43.521,20	10.888,00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	22.797.929,39	19.633.582,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	20.455.693,18	16.969.901,20
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	214.100,85	72.419,36
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.761.562,50	2.235.683,80
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	84.000,00	115.920,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	282.572,86	239.657,82

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - Consolidado

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	73.666,45	0,00	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	73.666,45	0,00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	740.384,09	1.192.899,89	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	643.163,02	460.566,36	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	-450.728,06	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	97.221,07	732.333,53	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-450.728,06	0,00
			CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
			CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
			CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
			CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS - CMV	0,00	0,00
			CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS - CPV	0,00	0,00
			CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS - CSP	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
			PREMIAÇÕES	0,00	0,00
			RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
			INCENTIVOS	0,00	0,00
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00
			PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
			CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	107.935.554,56	99.629.849,86	Total das Variações patrimoniais Diminutivas (II)	104.508.678,67	92.834.720,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II): 3.426.875,89					

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Exercício de 2015

Unidade Gestora: 9999 - Consolidado

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação do Ativo	5.699.638,45	5.515.007,65
Desincorporação do Passivo	1.448.484,74	3.272.985,84
Incorporação do Passivo	0,00	160.752,80
Desincorporação do Ativo	207.142,23	10.753,33

Os valores apresentados na coluna "Exercício Anterior" referem-se ao saldo final do exercício anterior.
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

ANEXO V

Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função / Subfunção / Programa	Valor	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
10 - Saúde	15.357.518,24	0,00	476.274,10	15.833.792,34
122 - Administração Geral	2.260.733,24	0,00	431.169,28	2.691.902,52
1224 - Atividades Administrativas	2.249.441,81	0,00	431.169,28	2.680.611,09
3333 - Estágio	11.291,43	0,00	0,00	11.291,43
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00
301 - Atenção Básica	1.451.684,93	0,00	0,00	1.451.684,93
3014 - Assistência Geral	1.451.684,93	0,00	0,00	1.451.684,93
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.004.198,07	0,00	32.963,82	10.037.161,89
1232 - Assistência Financeira	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
3014 - Assistência Geral	1.693.458,51	0,00	0,00	1.693.458,51
3022 - Pronto Atendimento	1.888.290,39	0,00	3.238,50	1.891.528,89
3023 - Assistência Geral	5.522.449,17	0,00	29.725,32	5.552.174,49
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	783.513,49	0,00	10.855,00	794.368,49
1232 - Assistência Financeira	103.000,00	0,00	0,00	103.000,00
3014 - Assistência Geral	120.151,26	0,00	0,00	120.151,26
3031 - Assistência Geral	560.362,23	0,00	10.855,00	571.217,23
304 - Vigilância Sanitária	605,12	0,00	0,00	605,12
3041 - Assistência Geral	605,12	0,00	0,00	605,12
305 - Vigilância Epidemiológica	856.783,39	0,00	1.286,00	858.069,39
3053 - Assistência Geral	856.783,39	0,00	1.286,00	858.069,39
306 - Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00
511 - Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.357.518,24	0,00	476.274,10	15.833.792,34

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	15.357.518,24
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	476.274,10
Subtotal (C = A + B)	15.833.792,34
Disponibilidade de caixa (D)	0,00
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	476.274,10
Total Aplicado (H = C - G)	15.357.518,24

Função / Subfunção / Programa	Valor	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
12 - Educação	10.045.055,02	2.137,50	311.394,24	10.358.586,76
122 - Administração Geral	671.376,25	0,00	6.005,47	677.381,72
1224 - Atividades Administrativas	561.149,65	0,00	3.207,07	564.356,72
3333 - Estágio	110.226,60	0,00	2.798,40	113.025,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	3.258.222,10	0,00	217.451,81	3.475.673,91
2711 - Regime Geral da Previdência	3.258.222,10	0,00	217.451,81	3.475.673,91
361 - Ensino Fundamental	4.743.977,43	1.710,00	79.560,80	4.825.248,23
1223 - Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00
1261 - Informática	153.218,80	0,00	0,00	153.218,80
3612 - Ensino Regular	4.590.758,63	1.710,00	79.560,80	4.672.029,43
365 - Educação Infantil	1.371.479,24	427,50	8.376,16	1.380.282,90
1232 - Assistência Financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
3651 - Creche	1.139.994,71	427,50	8.376,16	1.148.798,37
3652 - Educação Prê-Escolar	131.484,53	0,00	0,00	131.484,53
3653 - Creche/Pré escola	0,00	0,00	0,00	0,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
3661 - Curso de Suplencia	0,00	0,00	0,00	0,00
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
1232 - Assistência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.045.055,02	2.137,50	311.394,24	10.358.586,76

Descrição	Valor
Valor Total (A)	10.045.055,02
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	11.090.356,63
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	313.531,74
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	21.448.943,39
Disponibilidade de caixa (D)	0,00
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	313.531,74
Total Aplicado (H = C - G)	21.135.411,65

BO_2015.PDF

Inexistência de Nota Explicativa

BF_2015.PDF

Inexistência de Nota Explicativa

BP_2015.PDF

Inexistência de Nota Explicativa

DVP_2015.PDF

Inexistência de Nota Explicativa

DFC_2015.PDF

Inexistência de Nota Explicativa

ANEXO IX

Informações sobre Operações de Crédito

1. Houve contratação de operação de crédito junto à instituição financeira que não atendeu às condições e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000?

() Sim (X) Não

1.1 Em caso afirmativo, informe a ocorrência de cancelamento, amortização ou constituição de reserva, de acordo com o artigo 33 da Lei Complementar nº 101/2000. -----

2. Foram realizadas operações de crédito vetadas pelo artigo 37 da Lei Complementar nº 101/2000?

() Sim (X) Não

2.1 Em caso afirmativo, marcar a(s) operação(ões) realizada(s):

() captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição;

() recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito à voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

() assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando a empresas estatais dependentes;

() assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – EXERCÍCIO DE 2015.

PARECER Nº 001/2016

O Conselho de acompanhamento do FUNDEB, em observância ao disposto no art. 13 da Instrução Normativa nº 13, de 3 de dezembro de 2008, com a redação conferida pela Instrução Normativa nº 05, de 19 de dezembro de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e em atendimento ao art.27 da Lei Federal nº 11.494/2007, vem apresentar um parecer conclusivo sobre os recursos recebidos e sua aplicação.

Conforme Demonstrativo da Prefeitura Municipal:

1. Recursos	Exercício	Total
A. Transferências Correntes		
Fundeb 40%	3.818.705,58	3.818.705,58
Fundeb 60%	5.728.058,27	5.728.058,27
B. Rentabilidade de Aplicações Financeiras		
Receita de Remuneração de Depósito Bancário	31.522,98	31.522,98
C. Complementação dos Recursos do Fundo		
Total de Recursos	9.578.286,83	9.578.286,83
2. Aplicação (Despesa Liquidada)		
A. Despesas com Pessoal do Magistério		
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	7.860.190,50	7.860.190,50
Soma.....	7.860.190,50	7.860.190,50
B. Outras Despesas		
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	1.720.669,56	1.720.669,56
Soma.....	1.720.669,56	1.720.669,56
Total da Aplicação.....	9.580.860,06	9.580.860,06

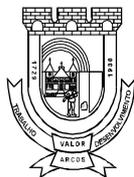
Gastos com Profissionais da Educação Básica		
Receita Total do Fundo	9.578.286,83	9.578.286,83
Valor Legal Mínimo (60%)	5.746.972,10	5.746.972,10
Valor Aplicado.....	7.860.190,50	7.860.190,50
Percentual Aplicado	82,0626%	82,0626%

Tendo em vista o exposto, em que consideramos os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, concluímos que os percentuais exigidos por lei foram obedecidos.

Sendo assim, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, emite parecer pela regularidade da Gestão dos Recursos vinculados ao FUNDEB 2015.

Arcos, 14 de março de 2016

Cássio Rogério Macedo Campos
Presidente do Conselho do FUNDEB – Arcos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Relatório anual de Controle Interno

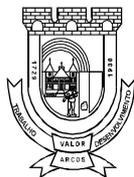
Prefeitura do Município de Arcos/MG

- **Introdução**

O Controle Interno do Município de Arcos foi instituído pela Lei Municipal 1.908, de 18/06/2002, e regulamentado pelo Decreto 2.389, de 31/07/2002. As rotinas procedimentais foram estabelecidas através de Portarias que direcionam as atividades dos diversos órgãos municipais, sendo as seguintes:

- 1) Portaria s/nº, de 29/10/2002 – Estabelece rotinas procedimentais e dá outras providências;
- 2) Portaria s/nº, de 15/03/2005 – Dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para atender à Instrução Normativa nº008/2004 do Tribunal de Contas de Minas Gerais;
- 3) Portaria s/nº, de 10/05/2005 – Acrescenta as rotinas procedimentais que menciona e dá outras providências;
- 4) Portaria s/nº, de 31/12/2005 – Dispõe sobre as rotinas para abertura de créditos adicionais, segundo o art. 40 da Lei Federal 4.320/64;
- 5) Portaria s/nº, de 31/12/2005 – Dispõe sobre os procedimentos para convênios;
- 6) Portaria s/nº, de 31/12/2005 – Dispõe sobre os procedimentos internos para compras.

Desta forma, em atendimento à Instrução Normativa/TCE-MG nº 02/2015, de 25/11/2015, art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 42 da Lei Complementar nº 102 e demais legislações aplicáveis, o Sistema de Controle Interno do Município de Arcos/MG vem apresentar a esta Egrégia



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Corte de Contas do Estado de Minas Gerais o relatório referente ao ano de 2015 do Poder Executivo – 2015.

No presente relatório anual foram analisados os seguintes itens:

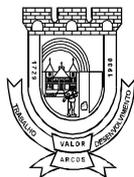
1.1) Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O administrador público consciente deve não apenas ordenar a despesa, mas também analisar previamente a sua compatibilidade com o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. Esta análise será alvo de avaliação pelos Tribunais de Contas do Estado e da União. A autorização da despesa adquiriu tamanho significado que a Lei de Responsabilidade Fiscal (*arts. 16 e 17*) passou a exigir que para criação ou expansão de despesa pública relevante seja emitida pelo gestor público uma declaração de compatibilidade com as leis orçamentárias municipais, sujeitando-o a sanções, caso a declaração não seja expedida.

As leis municipais que compõem o processo orçamentário aplicáveis ao período foram as seguintes:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO:
Lei Municipal nº 2.624 de 14/08/2014
- Plano Plurianual – PPA:
Lei Municipal nº 2.589 de 11/12/2013
- Lei Orçamentária Anual – LOA:
Lei Municipal nº 2.660 de 15/12/2014

O cumprimento dos projetos previstos no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias se deu de forma satisfatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

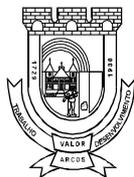
1.2) Avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

- **Gestão orçamentária:**

A cidade de Arcos é dotada de uma boa infra-estrutura, por isso, percebe-se a importância que deve ser dada ao planejamento dos gastos públicos. À Administração Municipal impõe-se ser bastante perspicaz para antever quais as obras, programas e projetos realmente trarão o crescimento ordenado e sustentável do município. Os desafios são inúmeros e exigem cada vez mais eficiência na elaboração do orçamento público para privilegiar as áreas que atendam à demanda de desenvolvimento ao mesmo tempo em que correspondam às expectativas da população.

Neste contexto, é fundamental que a sociedade seja chamada a opinar e aponte quais são seus anseios. No entanto, a participação popular nas audiências públicas ainda é incipiente, competindo também ao Poder Público conscientizar a comunidade da importância deste processo. Em 2015, foram realizadas as audiências quadrimestrais de prestação de contas (*art.9º, § 4º, Lei de Responsabilidade Fiscal*) em 27/02/2015, 29/05/2015 e 30/09/2015, nas quais foram apresentados os gastos do Poder Executivo e Legislativo, bem como projetos em andamento.

Assim, as aspirações da comunidade são traduzidas em números. Os resultados da gestão pública, positivos ou não, podem ser averiguados através da análise do Balanco Orçamentário, onde é possível perceber a real situação do ente público, ou seja, ele é o instrumento que demonstra o controle do cumprimento das



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

determinações e especificações constantes na Lei do Orçamento, descrevendo as receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas¹.

A Lei autorizativa do orçamento municipal para o exercício de 2015 foi sancionada em 15/12/2014, sob o nº 2660. A receita foi estimada em R\$ 85.530.178,22 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e trinta mil cento e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) e a despesa fixada em R\$ 81.731.278,22 (oitenta e um milhões setecentos e trinta e um mil duzentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos)².

Para uma melhor compreensão dos índices constantes no balanço orçamentário, adotaremos alguns quocientes propostos pelo Prof. Heilio Kohama em sua obra *Balancos Públicos- teoria e prática (Editora Atlas)*.

1) Quociente de execução da receita:

$$\frac{\text{Receita executada}}{\text{Receita prevista}} = \frac{87.469.384,24}{85.530.178,22} = 1,02$$

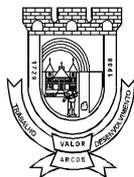
OBS: Este quociente representa o quanto foi realizado de receita executada em comparação com a receita prevista. O resultado normal deverá ser 1, ou próximo de 1. No presente caso, a diferença representa elevação na arrecadação em relação à previsão.

2) Quociente de execução de despesa:

$$\frac{\text{Despesa executada}}{\text{Despesa fixada}} = \frac{83.622.327,96}{81.731.278,22} = 1,02$$

¹ Balancos públicos – teoria e prática – Heilio Kohama – 2ª edição, Editora Atlas

² Excluindo o Poder Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

OBS: Este quociente representa o quanto da despesa fixada foi utilizado como despesa executada. O resultado normal deverá ser 1, ou próximo de 1. No presente caso, a diferença representa que houve elevação da despesa, porém, deu-se devido à elevação da receita.

3) Quociente do resultado orçamentário:

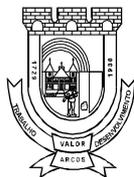
Receita executada	=	87.469.384,24	=	1,05
Despesa executada		83.622.327,96		

OBS: Este quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada. O resultado maior que 1 apresenta a existência de superávit orçamentário de execução.

Com relação aos **créditos adicionais**, a Lei Orçamentária Municipal, em seu art.5º, § 1º, autorizou a abertura de créditos suplementares até o limite de 5,0% (cinco por cento) da receita estimada para 2015 e o mesmo foi utilizado em sua totalidade.

- **Gestão financeira:**

Um bom planejamento do gasto público é fundamental a que se tenha uma gestão financeira eficaz. E a execução financeira é atestada através do Balanco Financeiro. Segundo o art. 103 da Lei 4.320/64, ele *“demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.”*



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Os principais quocientes para um melhor entendimento do balanço financeiro são os seguintes:

1) Quociente financeiro real da execução orçamentária:

Receita orçamentária = 87.469.384,24 = 1,03
Despesa orçamentária paga 84.865.114,05

OBS: Este quociente representa o quanto a receita orçamentária recebida representa em relação à despesa orçamentária paga. O resultado normal deverá ser 1.

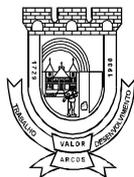
2) Quociente do resultado dos saldos financeiros:

Saldo que passa para o exercício seguinte = 7.031.870,18 = 1,37
Saldo do exercício anterior 5.135.054,72

Ainda em se tratando da **gestão financeira**, trazemos os seguintes quadros de receitas para análise:

Principais receitas próprias (valores em reais):

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<i>IPTU</i>	537.538,73	591.764,01	607.630,78	647.816,93	784.478,75	864.753,90	1.063.695,54
<i>ITBI</i>	197.176,24	223.971,33	296.813,04	440.535,48	751.499,02	890.652,09	1.066.652,63
<i>ISS</i>	2.172.797,50	4.825.885,55	4.388.383,26	4.907.787,91	4.806.588,27	9.541.062,43	11.884.375,88
<i>Taxas*</i>	62.313,89	69.806,03	81.304,63	98.530,14	174.957,85	190.174,94	193.837,73
<i>Dívida ativa tributária</i>	294.187,74	460.479,51	533.431,29	357.294,01	573.347,96	666.748,05	541.387,03



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

* Não está inclusa a taxa de iluminação pública, pois a mesma é considerada contribuição.

Principais receitas próprias - previsto e arrecadado em 2014(valores em reais):

	Orçado	Arrecadado
<i>IPTU</i>	899.000,00	1.063.695,54
<i>ITBI</i>	878.000,00	1.066.652,63
<i>ISS</i>	7.900.000,00	11.884.375,88
<i>Taxas*</i>	222.000,00	193.837,73
<i>Dívida ativa tributária – IPTU</i>	501.400,00	447.673,20
<i>Dívida ativa tributária – ISS</i>	163.500,00	93.713,83

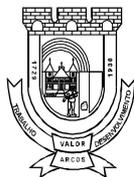
* Não está inclusa a taxa de iluminação pública, pois a mesma é considerada contribuição.

A arrecadação total este ano superou o previsto em R\$ 1.939.206,02 (um milhão novecentos e trinta e nove mil duzentos e seis reais e dois centavos).

Com a leitura destes dados, verificamos que apenas a dívida ativa do IPTU e do ISS ficaram um pouco abaixo do previsto, concluindo, porém que houve resultado positivo, resultante de atitudes da administração.

- **Gestão patrimonial:**

O Balanco Patrimonial é uma das peças mais importantes no trabalho de análise e interpretação dos balanços públicos. Verifica-se o ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e as contas de compensação. Vamos utilizar para o estudo a mesma metodologia anterior, qual seja, os quocientes de verificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

1) Quociente da situação financeira:

$$\begin{array}{l} \text{a.1 Ativo financeiro} \\ \text{Passivo financeiro} \end{array} \quad = \quad \begin{array}{l} 7.031.873,18 \\ 6.168.498,38 \end{array} = 1,14$$

a.1 – Apuração do índice de liquidez, considerando os restos a pagar processados e não processados.

OBS: Este quociente demonstra o quanto de créditos, valores realizáveis e valores numerários existem em relação aos compromissos e obrigações exigíveis em curto prazo. O resultado normal deverá ser 1, ou pouco maior que 1.

2) Quociente da situação permanente:

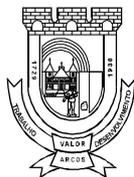
$$\begin{array}{l} \text{Ativo permanente} \\ \text{Passivo permanente} \end{array} \quad = \quad \begin{array}{l} 53.632.374,51 \\ 3.656.693,44 \end{array} = 14,67$$

OBS: Este quociente é muito importante, porque ele demonstrará o nível de endividamento apresentado no balanço patrimonial. O resultado esperado é que seja maior do que 1. No presente caso, a diferença representa que o endividamento é inferior à soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo.

3) Quociente do resultado patrimonial:

$$\begin{array}{l} \text{Soma do ativo real} \\ \text{Soma do passivo real} \end{array} \quad = \quad \begin{array}{l} 60.664.247,69 \\ 9.825.191,82 \end{array} = 6,17$$

OBS: O resultado que se considera normal para este quociente será maior que 1. No presente caso, a diferença representa que existe superávit patrimonial, ou seja,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

que a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas.

O **patrimônio** municipal adquirido vem sendo lançado, nos moldes das rotinas procedimentais internas, Já a atualização anual encontra-se em atraso e não vem sendo realizada por comissão formalmente constituída, conforme determina a Instrução Normativa TCE/MG nº 008/2003, com a redação que lhe foi dada pela Instrução Normativa TCE/MG nº 006/2004. O Controle Interno tem feito um trabalho junto à Administração no intuito de explicar a importância dos procedimentos necessários para atualização do Patrimônio, mas até o momento as solicitações não foram atendidas na sua totalidade.

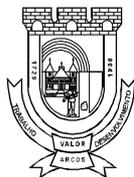
O **arquivo** dos documentos do município está organizado.

1.3) – Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

- **Restos a pagar**

Examinando os restos a pagar da Prefeitura Municipal, tivemos um volume total de inscrições de restos a pagar em R\$2.815.008,82 (dois milhões, oitocentos e quinze mil, oito reais e oitenta e dois centavos), sendo R\$ 1.572.222,73 (um milhão quinhentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e setenta e três centavos) de restos a pagar processados e R\$ R\$ 1.242.786,09 (um milhão duzentos e quarenta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e nove centavos) de restos a pagar não processados.

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O intuito da Lei de Responsabilidade Fiscal é limitar os gastos e permitir que o gestor consiga administrar as finanças públicas de forma equilibrada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

razão pela qual entende-se que em 31 de dezembro, no encerramento do exercício, haja disponibilidade financeira para arcar com os compromissos assumidos até aquela data, ainda que de anos anteriores, não onerando, portanto, o orçamento do exercício seguinte.³

Ressalte-se que são passíveis de punição os restos a pagar sem cobertura de caixa, ou seja, sem saldo bancário suficiente para cobertura dos mesmos.

Assim, a Prefeitura encontra-se totalmente legal neste quesito, visto que o saldo bancário do encerramento do exercício foi de R\$ 7.031.873,18 (sete milhões, trinta e um mil oitocentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

- **Despesa total com pessoal**

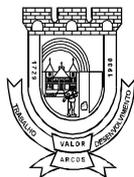
Quanto à despesa de pessoal, os gastos mantiveram-se equilibrados. Os índices apurados no Município não ultrapassaram o limite prudencial (51%), ficando em **43,69%**(quarenta e três, vírgula sessenta e nove por cento) a despesa total com pessoal.⁴

1.4) – Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da Lei Orgânica do Município.

- **Educação**

³ Manual Básico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Lei de Responsabilidade Fiscal – 2ª edição

⁴ Administração Direta e Indireta, sem os terceirizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

A) Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

O fechamento do exercício de 2015 apontou uma aplicação de **29,6451%** (vinte e nove, vírgula sessenta e quatro cinqüenta e um por cento) em ações educacionais, correspondendo à expectativa constitucional de investimento mínimo de 25% (art. 212, CF/88; Leis 9394/96 e 9424/96).

B) Recursos recebidos do Fundeb e sua aplicação

O Município aplicou corretamente os recursos advindos do governo federal para o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica. O percentual mínimo a ser aplicado com o pagamento dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, deve ser 60%. Em Arcos a aplicação apurada em 2015 foi de **82,0626%** (oitenta e dois vírgula zero seis vinte e seis por cento).

- Ações e serviços públicos de saúde

Para as ações referentes à saúde o Município investiu, no ano de 2015, **23,98%** (vinte e três, vírgula noventa e oito por cento), o que representou um desempenho muito bom nesta área superando o índice mínimo de investimento de 15% determinado pela legislação.

1.5) – Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

O Município obteve uma receita de alienação de bens na ordem de R\$ 207.142,23 (duzentos e sete mil cento e quarenta e dois reais e vinte e três centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Este total foi proveniente da alienação de imóveis. Em consonância aos ditames sobre a preservação do Patrimônio Público preceituados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44:

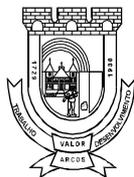
“É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.”

Em resumo, toda vez que houver baixa de um ativo (venda de bens ou direitos – receita de capital) as referidas receitas deverão ser direcionadas, necessariamente, para amortização de dívida ou realização de despesa de capital – investimentos, por exemplo.

Assim, as receitas de capital contabilizadas em 2015 foram utilizadas para compra de bens de capital e o restante depositado na conta própria da Caixa Econômica Federal Agência 1696 conta corrente 134-9.

1.6) – Análise da observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

A Lei Orçamentária Municipal nº - 2.660 previu um montante de R\$3.798.900,00 (três milhões setecentos e noventa e oito mil e novecentos reais) destinado ao Poder Legislativo. Foi repassado durante os meses de janeiro a novembro o valor de R\$ 316.600,00 (trezentos e dezesseis mil e seiscentos reais) e de R\$ 316.300,00 (trezentos e dezesseis mil e trezentos reais) no mês de dezembro sempre até o dia vinte de cada mês e de acordo com os índices determinados em lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

1.7) – Avaliação da aplicação de recursos públicos realizadas por entidades de direito privado

Não houve aplicação de dinheiro público por entidade de direito privado.

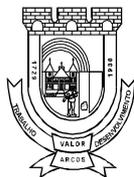
1.8) – Avaliação das medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado.

Em 2015 não foi registrado nenhum fato que resultasse em sindicância, inquérito ou tomada de contas especial em virtude da prática de ato ilegal resultante de dano ao erário.

1.9) – Avaliação dos termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

Durante o ano de 2015 o Município firmou parceria com dois consórcios públicos:

- ✓ CISASF (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto São Francisco) CNPJ nº 64.486.822/0001-07, com sede na Rua Tamoios nº 83 bairro Centro em Moema/MG, cujo objeto é o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do CISASF, englobando as despesas de pessoa civil, obrigações patronais, materiais de consumo, materiais permanentes e outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica -, assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa do Consórcio. Foi firmado através do Contrato 001/2005 e suas alterações, bem como através da Lei Municipal nº 2.601 de 19/03/2014 que ratifica o Protocolo de Intenções firmado pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

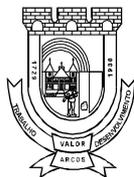
Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Município de Arcos, com a finalidade de constituir Consórcio Público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Impacto financeiro no orçamento – 1,40% (um vírgula quarenta por cento);

- ✓ CIS-URG OESTE – Consórcio Intermunicipal de Saúde para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência da Região Ampliada Oeste, estruturação da rede regional de urgência e emergência dentre eles o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, CNPJ 20.059.618/0001-34, com sede na Praça Pedro Xisto Gontijo, 560, Centro, Divinópolis/MG. Foi firmado Lei Municipal nº 2.601 de 19/03/2014 que ratifica o Protocolo de Intenções firmado pelo Município de Arcos, com a finalidade de constituir Consórcio Público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Impacto financeiro no orçamento – 0,13% (zero vírgula treze por cento).

1.10) – Avaliação do cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, nos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Administração Municipal encontrou dificuldades no envio das informações, por meio do SICOM, devido às dificuldades do Sistema utilizado pela Prefeitura, bem como também do SICOM. Trabalhou incansavelmente na solução de tais problemas e, mesmo diante das dificuldades, as informações foram transferidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Arcos (MG) CEP: 35588-000 - Fonefax (0XX37) 3359-7900
e-mail: controleinterno@arcos.mg.gov.br CNPJ: 18.306.662/0001-50

Em relação à **Previdência Social**, o Município não possui regime previdenciário próprio. Segundo o art. 271 da Lei Municipal 1453, de 16/03/1993, alterada pela Lei Municipal 1899, de 23/04/2002:

“O regime previdenciário dos servidores da administração direta, indireta e fundacional do Município de Arcos é a (sic) do Regime Geral de Previdência Social do INSS”.

Conclusões

Durante o ano de 2015 a Controladoria do município procurou, como sempre, atuar junto aos Secretários e ao Prefeito no sentido de orientar e instruir quanto à responsabilidade de todos e à própria responsabilidade que o Controle tem.

Os relatórios mensais foram apresentados, dando ciência ao Chefe do Poder Executivo das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Controle Interno, bem como as sugestões para melhoria de determinadas atividades e setores.

Em síntese, a Controladoria conclui que as contas do exercício de 2015 do Poder Executivo de Arcos/MG estão em condições de serem submetidas à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e por ele ser aprovada.

Arcos (MG), 28 de março de 2016.

EVANE ARAÚJO MALAQUIAS
Controladora Interna – MASP 124.750/6

ANEXO IV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Receitas	Valor	
1 - Receita de impostos	15.814.208,96	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.511.368,74	
1.1.1.2.02.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.063.695,54	
1.9.1.1.38.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predi	0,00	
1.9.1.3.11.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a P	0,00	
1.9.3.1.11.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Pred	447.673,20	
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	1.066.652,63	
1.1.1.2.08.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	1.066.652,63	
1.9.1.1.39.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de	0,00	
1.9.1.3.12.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a T	0,00	
1.9.3.1.12.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de	0,00	
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	11.978.089,71	
1.1.1.3.05.01.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.884.375,88	
1.1.1.3.05.02.00.00 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	0,00	
1.9.1.1.40.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualque	0,00	
1.9.1.3.13.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Ser	0,00	
1.9.3.1.13.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualqu	93.713,83	
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.258.097,88	
1.1.1.2.04.31.00.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do	1.210.259,83	
1.1.1.2.04.34.00.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	47.838,05	
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	0,00	
Subtotal	15.814.208,96	
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	45.465.561,62	
1.7.2.1.01.02.00.00 - Cota-parte do FPM Conta Mensal	22.092.860,65	
1.7.2.1.01.05.00.00 - Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	102.466,52	
1.7.2.1.36.00.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC N°87/9	191.352,84	
1.7.2.2.01.01.00.00 - Cota-parte do ICMS	28.621.694,94	
1.7.2.2.01.02.00.00 - Cota-parte do IPVA	5.025.227,05	
1.7.2.2.01.04.00.00 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	522.316,25	
Subtotal	45.465.561,62	
Total das Receitas (A)	72.370.127,21	
Exercício Atual	Percentual	Valor
B – Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15%	9.191.965,59
C – Valor da Aplicação	21,22%	15.357.518,24
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)	-	6.165.552,65
Resíduo de Exercício Anterior		Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior		0,00
F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior		0,00
G - Diferença (F - E)		0,00

ANEXO II

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Receitas	Valor	
1 - Receita de impostos	15.814.208,96	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.511.368,74	
1.1.1.2.02.00.00.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.063.695,54	
1.9.1.1.38.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predi	0,00	
1.9.1.3.11.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a P	0,00	
1.9.3.1.11.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Pred	447.673,20	
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	1.066.652,63	
1.1.1.2.08.00.00.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	1.066.652,63	
1.9.1.1.39.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de	0,00	
1.9.1.3.12.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a T	0,00	
1.9.3.1.12.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de	0,00	
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	11.978.089,71	
1.1.1.3.05.01.00.00 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.884.375,88	
1.1.1.3.05.02.00.00 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	0,00	
1.9.1.1.40.00.00.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualque	0,00	
1.9.1.3.13.00.00.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Ser	0,00	
1.9.3.1.13.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualqu	93.713,83	
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.258.097,88	
1.1.1.2.04.31.00.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do	1.210.259,83	
1.1.1.2.04.34.00.00 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	47.838,05	
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	0,00	
Subtotal	15.814.208,96	
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	45.465.561,62	
1.7.2.1.01.02.00.00 - Cota-parte do FPM Conta Mensal	22.092.860,65	
1.7.2.1.01.03.00.00 - Cota-parte do FPM 1% Dezembro	0,00	
1.7.2.1.01.04.00.00 - Cota-parte do FPM 1% Julho	0,00	
1.7.2.1.01.05.00.00 - Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	102.466,52	
1.7.2.1.01.32.00.00 - Cota-parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e	0,00	
1.7.2.1.36.00.00.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC N° 87/9	191.352,84	
1.7.2.2.01.01.00.00 - Cota-parte do ICMS	28.621.694,94	
1.7.2.2.01.02.00.00 - Cota-parte do IPVA	5.025.227,05	
1.7.2.2.01.04.00.00 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	522.316,25	
Subtotal	56.555.918,25	
Total das Receitas (A)	72.370.127,21	
Total	Percentual	Valor
B – Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25%	15.319.942,65
C – Valor da Aplicação	29,20%	21.135.411,65
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional	-	5.274.887,63

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

	Meses Anteriores	Dezembro	Total
1. RECURSOS			
A. Transferências Correntes			
Fundeb 40%	3.481.254,77	337.450,81	3.818.705,58
Fundeb 60%	5.221.882,13	506.176,14	5.728.058,27
B. Rentabilidade de Aplicações Financeiras			
Receita de Remuneração de Depósitos Banc	29.640,94	1.882,04	31.522,98
C. Complementação dos Recursos do Fundo			
Total de Recursos	8.732.777,84	845.508,99	9.578.286,83
2. APLICACAO (Despesa Paga)			
A. Despesas com Pessoal do Magisterio			
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	7.019.952,42	840.238,08	7.860.190,50
Soma	7.019.952,42	840.238,08	7.860.190,50
B. Outras Despesas			
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	1.607.990,07	112.679,49	1.720.669,56
Soma	1.607.990,07	112.679,49	1.720.669,56
Total da Aplicação	8.627.942,49	952.917,57	9.580.860,06

GASTOS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO DA EDUCACAO BASICA

Receita Total do Fundo (Anexo III, item 01)	8.732.777,84	845.508,99	9.578.286,83
Valor Legal Mínimo (60%)	5.239.666,70	507.305,39	5.746.972,10
Valor Aplicado	7.019.952,42	840.238,08	7.860.190,50
Percentual Aplicado	80,3862%	99,3766%	82,0626%

(O Valor Aplicado é composto pelas despesas com os profissionais do magisterio da educação básica, em efetivo exercício de suas atividades na rede pública e corresponderá aos comprovantes de despesas organizados de acordo com a alínea a, artigo 12, desta instrução)

(Observação: As informações referentes ao acompanhamento trimestral do FUNDEB, constantes do Anexo V, relativas ao acumulado do ano demonstrado no 4º trimestre, deverão ser idênticas às apresentadas neste Anexo.